

DOCUMENTO BÁSICO

UMA PROPOSTA NACIONAL

Comissão Nacional da Avaliação

Brasília. 26 de novembro de 1994.

1. FUNDAMENTAÇÃO

Reconhecida historicamente como instituição que produz e dissemina o saber voltado tanto para a busca das verdades científicas quanto para atender às necessidades básicas da sociedade, espera-se da Universidade desempenhos conseqüentes em suas atividades-fim, capazes de garantir bom padrão de qualidade de seus serviços à sociedade. Se este pressuposto é abrangente, a natureza e a destinação prioritária desses serviços podem e devem ser discutidas, em função da organização e do estágio de desenvolvimento que se encontra a sociedade a que serve. O processo de avaliação deve, portanto, ser o contraponto da proposta institucional desenvolvida pela IES, buscando atender a uma tripla exigência da universidade contemporânea:

- a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária;
- c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isto significa acompanhar metodicamente as ações a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

A educação é um bem público porque seus benefícios atingem toda a sociedade. Deve por isso ser avaliada em termos da eficácia social de suas atividades, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. A avaliação institucional sistemática é uma maneira de se estimular o aprimoramento da realização de uma atividade, e de evitar que a rotina descaracterize objetivos e finalidades desta mesma atividade. Voltada ao aperfeiçoamento e à transformação da universidade, a avaliação significa um balanço e um processo de identificação de

rumos e de valores diferentes. Seu traço distintivo é a preocupação com a qualidade, tornando-se um processo contínuo e aberto mediante o qual todos os setores da Universidade e as pessoas que os compõem participem do repensar objetivos, modos de atuação e resultados de sua atividade, em busca da melhoria da instituição como um todo. Ao lado de indicadores clássicos, de ordem quantitativa a avaliação institucional implica dimensões qualitativas, inclusive aquelas vinculadas ao projeto acadêmico.

A avaliação não implica, evidentemente, que todas as discordâncias, dúvidas e contradições, características do cotidiano acadêmico, venham a desaparecer: ela, ao contrário, deve contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade constitutiva da instituição acadêmica. Enquanto processo de atribuição de valor, a avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamento derivados dos objetivos que orientam a constituição, desenvolvimento ou produto das ações dessa mesma realidade. Supõe, igualmente, racionalidade dos meios e utilização de aferições quantitativas.

2. PRINCÍPIOS

Uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica, considerando a descentralização dos procedimentos para a tomada de decisão, deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para a melhoria do desempenho institucional.

3. OBJETIVOS

A avaliação de desempenho das Universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade, traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

A partir deste objetivo geral da avaliação institucional é possível destacar os seguintes objetivos específicos:

1. Impulsionar um processo criativo de auto-crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;
2. Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
3. (RE) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes;
4. Repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira;
5. Estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes.

4. CARACTERÍSTICAS

De modo global e específico a avaliação de uma universidade é institucional, enquanto procura levar em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões—ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade. Consequentemente, busca-se proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma

delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis.

Outra característica fundamental do processo de avaliação de uma instituição acadêmica é a intensa participação dos seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados, traduzidos em medidas ao aperfeiçoamento da instituição.

Se, por um lado, a avaliação desenvolvida pelos próprios agentes do processo apresenta aspectos positivos, como, por exemplo, maior nível de aprofundamento de determinadas questões, por outro lado, ela é insuficiente, pois não garante a incorporação da visão daqueles cientistas e cidadãos atingidos pelas atividades acadêmicas, podendo vir a refletir uma visão corporativa. Para superar tal dificuldade a sistemática de avaliação proposta deve aliar a estratégia de avaliação interna à avaliação externa. Esta proposta possui a vantagem de combinar importantes subsídios originários da percepção e dos juízos daqueles indivíduos comprometidos com a instituição e seus resultados com o aporte de outros segmentos científicos e sociais. Tanto a auto-avaliação quanto a avaliação externa abarcam dimensões qualitativas e quantitativas de todas as atividades institucionais.

Uma outra característica a ressaltar é a integração de esforços e experiências já existentes na instituição, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio e aproveitar e incentivar experiências em andamento, no intuito de integrá-los num processo global. Salienta-se que um processo de discussão desenvolvido pelos vários segmentos da instituição universitária proporciona maior clareza acerca de aspectos institucionais e também determina maior conhecimento e compreensão da estrutura global da universidade.

Finalmente, o processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica. Assim, não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

Estas características do processo de avaliação contribuem para a construção da legitimidade política, indispensável à implementação de um projeto nacional de avaliação universitária.

A legitimidade técnica do processo depende de outros fatores:

1. metodologia: além de construir indicadores adequados, pode utilizar-se de procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecer modelos interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo.

2. fidedignidade da informação: a existência de uma base de dados confiáveis é também condição necessária para qualquer esforço de avaliação que se proponha. Não obstante o esforço do MEC, através da SESu e da Coordenação de informações para o Planejamento e do CRUB, através do SIUB (Sistema de Informações para as Universidades Brasileiras), as estatísticas existentes são em muitos casos ainda precárias. A ausência de um conjunto de informações institucionais e estatísticas confiáveis tem prejudicado a construção de indicadores para análise do sistema universitário. Exemplos disto são aqueles relativos à "área construída", "produção acadêmica", "custo por aluno" e a própria definição de aluno.

A primeira providência a ser tomada para a construção de uma base de dados é a de obter informações sobre as principais variáveis relativas ao ensino superior, constituindo um núcleo de dados relevantes produzidos pelas universidades a partir de critérios comuns pré-definidos (vide Anexo 1). São estimuladas a ampliação, o detalhamento e os modos de tratamento e análise de tais informações, de forma a permitir interpretações qualitativamente mais consistentes.

5. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A complexidade de se empreender a avaliação global de instituição acadêmica, aliada às peculiaridades de cada uma delas, orienta a proposta no sentido de que a elaboração e a implementação de uma metodologia de avaliação para as universidades ocorram por etapas, com desenvolvimento simultâneo, interdependentes e complementares. A harmonia do processo de avaliação contempla uma dinâmica diferenciada de evolução e implantação no interior de cada instituição assim como no sistema universitário como um todo. Considera, também, as características e finalidades do projeto institucional de cada IES.

Considerando que essa avaliação institucional envolve campos distintos como o da produção acadêmica, administração, ensino e extensão, o desenvolvimento de uma metodologia global pode iniciar-se como ênfase na área de ensino de graduação ainda que incluindo, nos instrumentos e indicadores aspectos relativos ao conjunto da instituição. O processo pode desenvolver-se conquistando graus de profundidade crescente nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como em relação à gestão universitária.

A ênfase na avaliação do ensino de graduação justifica-se em função de vários fatores destacando-se: a abrangência do universo dentro da instituição e seus grandes efeitos multiplicadores e desdobramentos na sociedade: a necessidade de se construir uma cultura institucional participativa da avaliação como instrumento permanente de aperfeiçoamento das universidades. Neste sen-

tido, qualquer identificação e resolução de problema nesta área, acredita-se, terá impacto imediato nas instituições e, por conseqüência, na sociedade, principalmente através de formação de pessoas que passarão a melhor desempenhar os seus papéis profissionais, técnicos ou sociais.

Além disto, outras atividades das universidades já têm alguns procedimentos avaliativos reconhecidos, como, por exemplo a avaliação da pós-graduação e pesquisa realizada pelas instituições financiadoras, em particular, pela CAPES. Entretanto, estas atividades ainda não conseguiram introduzir uma sistemática global de avaliação nas instituições. Logo, não obstante a necessária ênfase na graduação, numa perspectiva de avaliação institucional, são partes integrantes do processo as demais dimensões da atividade acadêmica: ensino de pós-graduação, produção acadêmica, atividades de extensão e da gestão universitária.

Cada uma dessas dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, assim como suas interrelações, pode ser avaliada do ponto de vista interno e externo; pode ser apreciada, também, através dos indicadores institucionais (dados dos cadastros acadêmicos) e ser contemplada em maior ou menor grau de profundidade quando da ênfase na avaliação da graduação através, inclusive, dos efeitos das demais atividades-fim sobre este nível de ensino

6. INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

Os indicadores globais aqui propostos buscam refletir algumas das principais características derivadas da condição de instituição acadêmica. Referem-se, portanto, às dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão universitária. Alguns expressam apenas ordens de grandeza, como tamanho do alunado ou da área construída, outros expressam aspectos qualitativos, como a qualificação docente, e outros ainda apontam opções institucionais, como critérios de matrícula e de transferência.

Este conjunto de indicadores, considerados básicos para a construção de uma metodologia comum de avaliação global deve ser completado, no âmbito de cada IES e no sistema como um todo, por outras informações substanciais que não serão objeto de exame neste documento, tais como:

- 1) outras informações e indicadores que permitam análises mais aprofundadas de cada uma das dimensões e aspectos da atividade institucional;
- 2) informações contextuais que expressem aspectos como qualidade de vida no campus, interação com a comunidade social em seu entorno e com a comunidade científica;

3) informações acerca das atividades de extensão, produção acadêmica, gestão universitária.

- * condições e perspectivas do mercado de trabalho.
- * demandas gerais da sociedade.

AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

1. ASPECTOS GERAIS

A avaliação do ensino de graduação visa conhecer e dimensionar as principais características e fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem de formação de cidadãos profissionais, com a finalidade de identificar subsídios para seu aprimoramento. Situa-se, portanto, no contexto do processo global de avaliação institucional cujos objetivos referem-se à ampliação do autoconhecimento da instituição sobre si mesma em busca de melhor adequação ao cumprimento de suas funções científicas e sociais. A avaliação do ensino de graduação compreende a avaliação do curso enquanto globalidade e das disciplinas enquanto unidade desta globalidade. Esta avaliação envolve necessariamente a articulação de aspectos qualitativos das atividades acadêmicas. As dimensões do ensino de graduação a serem avaliadas podem ser agrupadas em 4 grandes categorias:

a) fatores relativos às condições para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

* condições técnicas:

- recursos humanos = docentes e técnico-administrativos
- infra-estrutura = biblioteca, laboratórios, oficinas, etc.

* condições administrativo-pedagógicas:

- currículos = disciplinas obrigatórias x optativas.

b) fatores relativos aos processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

* interdisciplinaridade

* enfoques curriculares

* procedimentos didáticos

* interação teoria-prática: integração das atividades de pesquisa e extensão às práticas curriculares.

c) fatores relativos aos resultados alcançados do ponto de vista do perfil do formando, tais como:

* importância e competência para o desempenho de funções (papéis) básicas da profissão.

* capacidade de análise e crítica.

d) fatores relativos à formação de profissional crítico habilitado a atender às exigências de contexto social, tais como:

* envolvimento do aluno em projetos de pesquisa, extensão e cultura durante sua formação curricular e as condições criadas para tal.

2. METODOLOGIA

A implantação e o desenvolvimento do projeto envolvem: uma estratégia compreendendo as dimensões interna e externa da avaliação que se inspira em um dossiê técnico compreendendo os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

A avaliação interna é concebida como retrospectiva crítica socialmente contextualizada do trabalho realizado pela instituição, com participação de professores, alunos e funcionários, cotejando o diagnóstico técnico com os resultados da auto-avaliação, gerando um projeto de desenvolvimento acadêmico com o qual a comunidade universitária se sinta identificada e comprometida.

A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica em que pares acadêmico-científicos sociedades científicas, conselhos profissionais, autoridades patronais, entidades de trabalhadores, egressos e outras organizações não-governamentais participam do exame da prática universitária com vistas à formulação e acompanhamento de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras.

Em vista disso, será necessário instalar ou acionar um sistema de coleta de informações qualitativas e quantitativas, descentralizado, ágil e preciso, com dados relevantes para efeitos de diagnóstico, controle e autoconhecimento. E ainda estes dados necessitam de um "olhar" crítico e qualitativo que permita questionar os dados quantitativos, reconhecer diferenças, valorizar aspectos específicos, analisar e explicar fenômenos, enfim, atribuir sentido acadêmico e pedagógico aos dados coletados.

Para organização e desenvolvimento do processo avaliativo propõe-se a constituição de uma Comissão de Avaliação para coordenar os trabalhos, a critério de cada IES. Tal comissão deve ter composição diversificada de forma a garantir a indissociabilidade de ação da Universidade, contemplando, preservada a deliberação de suas instâncias superiores, a participação dos segmentos acadêmicos, de especialistas e de setores profissionais e sociais já mencionados.

Neste contexto, uma proposta metodológica para a avaliação do ensino de graduação envolve, essencialmente, três etapas: diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa. A implementação de tais etapas deverá ser feita segundo as características de cada instituição universitária, não podendo, no entanto, restringir-se ao diagnóstico. Da mesma forma, ações e decisões preliminares, derivadas de resultados de avaliação, poderão ser desenvolvidas ao longo do processo.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Fluxograma do desenvolvimento do Projeto de Avaliação da IES, (vide Anexo III)

3.2. Diagnóstico

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação da graduação, em qualquer uma das suas dimensões, é necessária, como ponto de partida, a existência de um conjunto comparável de informações que permitam o diagnóstico da situação em estudo, seja ela global ou parcial. Os dados serão correlacionados de forma a gerar indicadores e inferências para as avaliações interna e externa.

É importante reafirmar que os dados devem contemplar, além dos aspectos diretamente associados à graduação, outras dimensões que possibilitem a análise da graduação dentro de uma perspectiva institucional. Neste sentido, dados como programas acadêmicos (Iniciação Científica, Monitoria, etc), atividades de extensão envolvendo alunos de graduação, entre outros, devem estar disponíveis.

3.3. Indicadores relativos ao ensino de Graduação

Alguns indicadores específicos do ensino de Graduação devem ser acrescentados aos indicadores institucionais já apresentados, para permitir contemplar as especificidades deste nível de ensino e subsidiar sua avaliação interna e externa. (vide Anexo IV)

3.4. Avaliação interna

A avaliação interna consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de **indicadores** e inferências, a universidade possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma. Nesta etapa a participação de professores e alunos é fundamental.

a) Avaliação de cursos

Para desenvolver esta perspectiva é necessário considerar três conjuntos de elementos:

* Condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infra-estrutura; perspectivas utilizadas na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de iniciação científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral.

* Processos: interdisciplinaridade, formação interdisciplinar, institucionalização, qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de graduação (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, (orientação/supervisão); avaliação de aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação universidade/sociedade.

* Resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades/tarefas típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em pós-graduação/concursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

b) Avaliação de disciplina

A organização do trabalho pedagógico abrange:

Objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infraestrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas).

c) Avaliação do desempenho docente

O desempenho docente implica:

Desempenho científico-técnico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese, soluções alternativas) e artístico-cultural nas áreas pertinentes; desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos); aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos.

d) Avaliação do estudante

O desempenho estudantil expressado em base acadêmica, participação, formação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral.

e) Avaliação do desempenho técnico-administrativo

f) Avaliação da gestão universitária

3.5. Avaliação Externa

No âmbito institucional, a avaliação externa introduz um componente novo e desafiador que se articula

com os demais aspectos da avaliação. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação. Tem o papel complementar à avaliação interna e alicerça-se em dois pilares:

* auto-avaliação da Instituição

* análise da Comissão Externa

São avaliadores externos profissionais com alta titulação e/ou experiência relevante representando os pares acadêmico-científicos, entidades profissionais de trabalhadores e de empregadores, egressos, associações científicas, etc.

A avaliação externa envolve os seguintes aspectos:

a) corpo docente: titulação, regime de trabalho, carga didática; produção acadêmica e seu impacto no ensino de graduação, rotatividade, endogenia, existência de pós-graduação e seu benefício à graduação, política de capacitação docente;

b) corpo técnico-administrativo: número, capacitação, adequação aos cursos,

c) corpo discente: oportunidades de pesquisa, bolsas, etc;

d) infra-estrutura: bibliotecas, laboratórios, oficinas, ateliers, escritórios, consultórios, outros espaços relacionados aos cursos de graduação;

e) análise dos currículos dos cursos de graduação;

f) mercado de trabalho: situação atual e tendências; frentes alternativas; áreas de trabalho potencial na região de influência da IES;

g) outros aspectos: relativos a especificidades institucionais, regionais, inclusive aspectos conjunturais, tais como padrões salariais, greves, que possam afetar motivação e desempenho de estudantes e professores.

h) estudos de acompanhamento de egressos.

UMA PALAVRA FINAL

Em conclusão, a Comissão Nacional de Avaliação manifesta sua abertura às contribuições para o aperfeiçoamento da proposta. Além disto está convicta de que, através do conhecimento de sua própria realidade, as universidades podem melhorar a qualidade de seu funcionamento e prestar o serviço público que a sociedade delas espera. A Comissão reconhece, ainda, a necessidade de aperfeiçoar o tratamento e análise de todos os tipos de informações, em particular aquelas relativas a custos, explicitando peculiaridades dos setores públicos e privado. Também no setor privado a gestão financeira deve ser examinada com vistas à qualidade institucional.

Finalmente, diante da diversificação e complexidade crescente das atividades acadêmicas nos campos de ensino, da pesquisa e da extensão, a Comissão considera que a avaliação institucional deverá permitir um desenvolvimento das universidades capaz de problematizar a instituição internamente, publicizando-a para a sociedade.

ANEXO I

ORIENTAÇÃO QUANTO ÀS VARIÁVEIS

Para constituir a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores, é fundamental esclarecer o significado das principais variáveis relativas às atividades universitárias, as quais deverão ser especificadas segundo a natureza da instituição (pública, privada, confessional, comunitária). Na presente proposta de avaliação das IES, tais variáveis anuais são preliminarmente assim definidas:

1) ALUNO

1.1. Aluno da Instituição (AI) - Alunos ativos, matriculados, nos diferentes níveis de ensino: 1º e 2º graus, graduação, especialização ou aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Especificar início e final de semestre.

1.2. Aluno de Graduação (AG) - aluno ativo, matriculado em ao menos uma disciplina no semestre e aluno com matrícula trancada, de acordo com o Regimento.

1.3. Aluno de Tempo Integral (ATI) - aluno ativo, cursando no mínimo, 24 créditos por semestre, (conclusões no semestre).

Observações:

a) Na classificação dos dados referentes ao alunado, é importante discriminar e quantificar as diferentes categorias ou níveis de ensino. No caso de se julgar oportuno incluir os alunos de cursos de extensão, dever-se-á procurar uma medida de aluno equivalente que possa compará-los com os demais alunos. A sugestão que se faz é a seguinte:

* obter a informação sobre os cursos de extensão no que se refere ao número de alunos e carga-horária do curso; Exemplo: Curso de Arranjo Floral - 10 alunos - 60h. aula de curso.

* fazer a equivalência com o aluno ATI correspondendo a 720h. aula por ano Continuação do Exemplo: $0,83 = (10 \times 60) / 720$ desta forma os 10 alunos do curso de extensão equivaleriam a 0,83 alunos de graduação.

b) número de alunos de pós-graduação deve ser discriminado por tipos de curso: especialização, mestrado, doutorado.

c) Igualmente deve ser observado que, para alguns indicadores, a variável Aluno da Instituição deve ser ponderada em função do nível de ensino. Sugere-se a seguinte ponderação: 1º e 2º graus (peso 0,5), graduação (peso 1,0), especialização (peso 1,5), mestrado (peso 2,0) e doutorado (peso 3,0).

2) INGRESSANTE

- significa o aluno que ingressa na Universidade a cada ano através de todas as formas de acesso previstas na legislação e nos Regimentos:

a) ingresso por Concurso Vestibular

b) transferências de outras IES - compulsória e voluntária

c) readmissão (alunos afastados)

d) reingresso (já diplomados em outro curso)

3) DIPLOMADO ou CONCLUINTE

- aluno que conclui, a cada ano, seu ciclo de estudos, nos diferentes níveis de ensino.

4) DOCENTE

- professor em efetivo exercício docente. Os dados devem permitir identificar os professores do quadro permanente, os professores substitutos e os visitantes, assim como os docentes por titulação, categoria funcional e regime de trabalho (20h, 40h e 40h com DE).

4.1 Docente Equivalente em Tempo integral (DTI) - expressa o número equivalente de docentes em tempo integral.

$DTI = \text{número de docentes em DE} + \text{número de docentes em 40h} + 1/2 \times (\text{número de docentes em 20h})$

Nota:

- 1) Dois docentes em 20h equivalem a um docente de 40h;
- 2) Especificar o número de professores em regime de hora-aula, nas IES que ainda adotem este sistema.

5) FUNCIONÁRIO

- número total de funcionários técnico-administrativos, discriminados por nível - NA (apoio), NM (médio) e NS (superior) envolvidos diretamente nas atividades-fim e nas atividades-meio da Universidade;

Observação: Deve ser indicado separadamente, no conjunto de dados, o número de funcionários de Hospitais, Museus, Gráficas, Editoras, Rádio e TV, Fazendas e obras (temporárias ou não). É desejável que se passe a distinguir

os funcionários entre administrativos e técnicos.

6) ÁREA CONSTRUIDA

- total de m² de superfície construída, de um ou vários campi, especificando salas de aula e auditórios, laboratórios, oficinas, ateliers, bibliotecas, C.P.Ds, fazendas, hospitais, ambulatórios, creches, complexo desportivo, restaurantes universitários, áreas comunitárias, complexo cultural (teatros, cinemas, rádio, TV, museu), serviços (correios, farmácia, livraria, lanchonetes), áreas urbanizadas, áreas alugadas de terceiros pelas universidades, parque gráfico, infra-estrutura (garagens, oficinas de manutenção, marcenarias), etc.

6.1. Área construída por tipo de atividade desenvolvida.**7) ACERVO BIBLIOGRÁFICO**

- número de títulos e de periódicos de todas as bibliotecas existentes na instituição.

8) PRODUÇÃO ACADÊMICA

- produção técnica, científica, artística e cultural discriminada segundo caracterização de produção acadêmica utilizada pela CAPES.

9) TEMPO DE CONCLUSÃO DO CURSO

- avaliado em função do tempo médio de duração dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades. Na falta de uma metodologia mais apurada, considera-se o valor de 5 (cinco) anos como tempo médio de duração, para todas as IES.

10) VOLUME DE RECURSOS ALOCADOS:

(a apresentação destas variáveis deverá considerar as peculiaridades dos diferentes tipos de instituições).

D) Recursos de Tesouro (valores constantes em padrão monetário comum)

* Pessoal - Para este item destacar do total:

- a) pessoal dos Hospitais
- b) inativos e pensionistas

* OCC - Para este item destacar do total:

- a) benefícios (vale-transporte, vale-refeição)
- b) novos investimentos (construções e equipamentos)
- c) gastos em manutenção

11) Recursos próprios - Para este Item destacar do total, as fontes e as destinações:

- a) convênios e projetos (institucionais e individuais)
- b) subsídios
- c) gastos com investimento
- d) manutenção
- e) pessoal

Nota:

1) As IES organizadas em estrutura multi-campi devem apresentar seus dados de modo a permitir a identificação de cada um dos campi.

2) As IES que possuem Laboratórios, Farmácias, Fazendas, Hospitais e outros centros de custos/atividades devem apresentar seus dados de forma a considerar estas peculiaridades.

3) As atividades de extensão devem ser destacadas.

ANEXO II

INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

1) ALUNO/DOCENTE

- indica a taxa de utilização de recursos docentes da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de professores. (Usar os 3 tipos de aluno: AI, AG e ATI, já descritos.)

2) ALUNO/FUNCIONÁRIO

- indica a taxa de utilização do pessoal de apoio da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de funcionários. (Usar os 3 tipos de alunos: AI, AG e ATI, já descritos)

3) FUNCIONÁRIO/DOCENTE

- indica a distribuição do pessoal de apoio em relação aos recursos docentes e representa a relação entre o número total de funcionários técnico-administrativos e o número total de professores da instituição.

4) DIPLOMADO NA GRADUAÇÃO/INGRESSANTE

- indica a taxa de sucesso na graduação e representa a relação entre o número de diplomados e o número de ingressantes nos cursos de graduação, a cada ano, considerando todas as formas de acesso à instituição.

5) TESE (OU DISSERTAÇÃO)/INGRESSANTE

- indica a taxa de sucesso na pós-graduação "strictu sensu" e representa o número total de teses e dissertações aprovadas e o número total de ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado.

6) CONCEITO DO MESTRADO (CM)

- representado pela média ponderada dos conceitos atribuídos pela CAPES aos cursos de mestrado da instituição como indicado:

$$CM = 3A + 2B + 1C - 1D$$

onde: A representa o número de cursos de mestrado com conceito A, B o número de cursos de mestrado com conceito B e assim por diante.

7) CONCEITO DE DOUTORADO (CD)

- construído e interpretado de maneira idêntica ao Conceito de Mestrado.

8) ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE (ITCD)

- representado pela média ponderada das titulações acadêmicas dos docentes como indicado:

$$ITCD = 5D + 3M + 2AE + G$$

$$D + M + AE + S$$

onde: D representa o número de docentes com o grau de doutor, M o número de docentes não doutores, mas portadores do grau de mestre, AE, o número de docentes que não são nem doutores nem mestres mas concluíram curso de especialização ou aperfeiçoamento e G o número dos docentes que, além do diploma de graduação, não apresentam nenhuma das titulações mencionadas.

9) PRODUÇÃO ACADÊMICA/DOCENTE

- indica a taxa da produção acadêmica docente. Para o cálculo da produção acadêmica será respeitada a caracterização estabelecida pela CAPES.

10) DOCENTE DE/DOCENTE

- indica o potencial docente envolvido em pesquisa e representa a relação entre o número de docentes em dedicação exclusiva e o número total de docentes.

11) DOCENTE EM 40H/DOCENTE

- indica opção institucional para o perfil docente e representa a relação entre o número de docentes em 40h sem DE e o número total de docentes

12) (SUBSTITUTO + VISITANTE)/DOCENTE

- indica a participação do docente temporário nas atividades acadêmicas da instituição e representa a relação entre o número de professores substitutos e visitantes e o número total de docentes.

13) DOUTOR/(TITULAR + ADJUNTO)

- indica o rigor da progressão funcional docente e representa a relação entre o número de docentes doutores e o número total de professores titulares e adjuntos da instituição.

14) (DOCENTE + FUNCIONÁRIO)/(FG + CD)

- indica o nível de dispêndio e o peso da estrutura gerencial da instituição e representa a relação entre o número de docentes e funcionários e o número total de funções gratificadas, cargos de direção e outras gratificações por funções técnicas ou administrativas.

15) ÁREA CONSTRUIDA/(ALUNO + FUNCIONARIO + DOCENTE)

- indica a racionalização do espaço físico e representa a relação entre a área construída em m² e o número de alunos, funcionários e docentes da instituição.

16) ACERVO BIBLIOGRAFICO/ALUNO

- indica a possibilidade de acesso do aluno a livros e periódicos das bibliotecas e representa a relação entre número de títulos e periódicos e o número total de alunos.

17) CUSTO POR ALUNO

- expresso pela relação entre volume de recursos alocados (subtraindo os recursos destacados na definição da variável) e o número de alunos. O número de alunos deve ser ponderado conforme explicitado no Anexo I, para graduação e pós-graduação, em nível de desagregação possível.

Observação: Definições precisas e já bastante discutidas, a nível nacional, encontram-se no Manual do Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior- MEC, junho/89. O software deste modelo já está disponível nas IES.

ANEXO III

INDICADORES RELATIVOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

1) TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)

- indica a capacidade da instituição de levar seus alunos a concluir com sucesso seus cursos e considera os formandos em relação a todos os tipos de ingressantes, a cada ano.

$TSG = \text{Número de diplomados} / \text{Número total de ingressantes}$

2) TAXA DE OCIOSIDADE (TO)

- expressa o nível de preenchimento de vagas ofertadas no vestibular e o conseqüente grau de ociosidade existente no ensino de graduação.

$TO = \text{Número de vagas preenchidas} / \text{Número total de vagas oferecidas}$

3) ALUNO TEMPO INTEGRAL (ATI)

- representa o número de alunos da instituição caso todos estivessem cumprindo 24 créditos por semestre

$ATI = \text{Somatório do produto do número de alunos de cada disciplina pelo número de créditos da disciplina} / 24 \text{ créditos}$

4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)

- expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade de integralização curricular. Compara o número de alunos em tempo integral (ATI) com o número total de alunos ativos. $GPE = ATI$

5) TAXA DE RETENÇÃO DISCENTE (TRD)

- Expressa a permanência dos estudantes na IES. Refere-se ao número de formandos, ponderado pelo tempo médio de conclusão (integração curricular) em relação ao total de alunos.

$TRD = \text{Produto do número de formandos por ano pelo tempo médio} / \text{Número total de alunos}$

6) TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS ACADÊMICOS (TPPA)

- expressa o esforço institucional em oferecer aos alunos de Graduação oportunidades de iniciação à pesquisa e outras atividades adicionais à sua formação. Considera o número de bolsas de monitoria, iniciação científica extensão, etc., em relação ao número total de alunos ativos.

$TPPA = \text{Número total de bolsas} / \text{Total de alunos}$

7) CUSTO POR ALUNO DE GRADUAÇÃO (CG)

- Os modelos concebidos para estimativas dos custos apresentam limitações que impedem a opção definitiva por um deles. Para superar a dificuldade parece razoável explicitar hipóteses e supostos presentes e explorar a utilização de mais de uma possibilidade, conforme o tipo de análise que se busque fazer. Além do custo-aluno global, apontado anteriormente, deve-se estimar um custo-aluno-graduação.

Custo-aluno-graduação - aquele em que se busca aproximar o custo direto do aluno de graduação.

$CG = \text{Custo pessoal docente} + \text{custo de pessoal} + 1 / 40CC / \text{Número total de alunos}$

onde:

Custo Pessoal Docente: é o custo da carga horária de Graduação (onde o custo de carga horária equivale ao valor da hora-média do salário docente multiplicado por 2, visando contemplar as atividades presenciais e as preparatórias e avaliativas.

Custo Pessoal Técnico e Administrativo: poder-se-ia inicialmente, considerar este valor como sendo equivalente a 30% do Custo de Pessoal Docente. É possível aperfeiçoar este critério levando-se em conta a relação real aluno/ funcionário envolvido em atividades de araduação.

Observação: Vide observação no item 17 dos Indicadores Institucionais.

Nota: Este Documento Básico (26 de novembro de 1993) foi redigido e aprovado pela Comissão Nacional de Avaliac,ção e pelo Comitê Assessor, à época assim constituídos:

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu

- Maria José Vieira Féres (Coordenadora)
- Eda C. B. Machado de Sousa (Coordenadora de Análise e Avaliação Institucional)
- Paulo Roberto da Silva (Coordenador das Comissões de Especialistas de Ensino)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES

- Helgio Casses Trindade

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABRUEM

- João Carlos Thomson

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES - ANUP

- Antônio Veronezi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS CATÓLICAS - ABESC

- Ir. Norberto Francisco Rauch

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO

- Maria Amélia S. Zainko

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

- Luiz Carlos Pavlú

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

- Júlio Wiggers

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- Wrana M. Panizzi

COMITÊ ASSESSOR

- Dilvo I. Ristoff - UFSC
- Eda C. B. Machado de Sousa - SESu/MEC
- Fernando Menezes Campello de Souza - UFPe
- Heloísa Helena Sant'anna - UEL
- Isaura Belloni - UnB
- Jacques Velloso - UnB
- Jesus Renato Galo Brunet - UFSM
- José Dias Sobrinho - UNICAMP
- José Vicente Tavares dos Santos - UFRGS
- Lina Cardoso Nunes - UNESA
- Marlene Coreno Grillo - PUCRS
- Victor Meyer - UFSC